



NÚCLEO DE ESTUDOS DE GÊNERO
CADERNO ESPAÇO FEMININO

MULHERIDADES E FEMINILIDADES AMEAÇADAS: NARRATIVAS DE CORAGEM TRANS/TRAVESTI NO PAÍS DO TRANSFEMINICÍDIO

THREATENED WOMEN AND FEMINILITIES: TRANS/TRAVEST
NARRATIVES OF COURAGE IN THE COUNTRY OF
TRANSFEMINICIDE

MUJERES Y FEMINIDADES AMENAZADAS: NARRATIVAS DE CORAJE
TRANS/TRAVEST EN EL PAÍS DEL TRANSFEMINICIDIO

Marta Gouveia de Oliveira Rovai¹

RESUMO

Este artigo é resultado do processo dialógico com Wall Alves, uma mulher trans, e com Nina Helena, uma travesti negra, por meio da história oral de vida. Suas narrativas são portadoras de memórias pessoais, mas ao mesmo tempo coletivas e plurais, evidenciando as violações dos direitos de mulheridades e feminilidades dissidentes da norma. Porém, diante dos dispositivos de apagamento promovidos pelo heteroterrorismo, mais do que simplesmente denunciar, suas falas revelam a coragem no enfrentamento da morte (simbólica e física) e na produção de suas presenças no registro de uma nova história.

PALAVRAS-CHAVE História Travesti. Transfeminicídio. Narrativas Oraís. Coragem.

ABSTRACT

This article is the result of the dialogical process with Wall Alves, a trans woman, and Nina Helena, a black transvestite, through an oral life story. Their narratives carry personal memories, but at the same time collective and plural ones, highlighting

¹ Professora adjunta da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). Professora colaboradora da Universidade de São Paulo (Diversitas/USP). Doutora em História pela Universidade de São Paulo, com estágio pós-doutoral pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Diretora do Instituto de Ciências Humanas e Letras (UNIFAL). Vice-coordenadora do GT de Gênero da ANPUH-MG. Diretora de História Pública da ANPUH Nacional. Membro da Rede Brasileira de História Pública e coordenadora dos núcleos de História Oral da Associação Brasileira de História Oral (ABHO).

violations of the rights of women and feminities that deviate from the norm. However, in the face of the devices driven by heteroterrorism, more than simply denouncing, their speeches reveal the courage to confront death (symbolic and physical) and to produce her presence in the record of a new history.

KEYWORDS: Transvestite History. Transfeminicide. Oral Narratives. Courage.

RESUMEN

Este artículo es resultado del proceso dialógico con Wall Alves, mujer trans, y Nina Helena, travesti negra, a través de una historia oral de vida. Sus narrativas cargan memorias personales, pero al mismo tiempo colectivas y plurales, destacando violaciones de los derechos de las mujeres y feminidades que disienten de la norma. Sin embargo, frente a los dispositivos de borrado impulsados por el heteroterrorismo, más que simplemente denunciar, sus discursos revelan la valentía de afrontar la muerte (simbólica y física) y de producir su presencia en el registro de una nueva historia.

PALABRAS CLAVE: Historia Travesti. Transfeminicidio. Narrativas Orales. Coraje.

* * *

A palavra de toda travesti e mulher trans é como navalha,
pode cortar sem pedir licença;
e eu quero o desassossego da cisgeneridade,
seu desconforto.
As palavras que agora me inquietam trazem dor e esperança!
Quero que elas mobilizem a cisgeneridade a repensar
seus lugares de norma,
sem condescendência ou tolerância.

Letícia Carolina Nascimento

Introdução

Começo este texto anunciando uma das dimensões de quem sou: uma mulher cisgênera e branca. Faço parte dessa mulheridade cortada pela navalha trans/travesti, como anunciou a intelectual travesti e negra, Letícia Carolina Nascimento. Nos últimos anos aprendi, por meio da palavra e do encontro com a diferença, a me compreender como pessoa socialmente construída, colonizada e anunciada como “normal” e “modelo” dentro da lógica binária, patriarcal, branca, cristã e cisheteronormativa que prevalece nos 200 anos do que oficialmente chamamos de Brasil. Historicamente, mulheres como eu aprenderam a se colocar no lugar aparentemente confortável, mas

colonizado, de hegemonia em relação às mulheridades e feminilidades² negras, indígenas e LGBTQIA+, muitas vezes sem compreender a sua própria subalternização nessa sociedade que regula e procura submeter corpos identificados como femininos.

Em minha própria trajetória de vida e formação identitária, aprendi que travestis e pessoas trans significavam o oposto de mim: a imoralidade, a caricatura, a não humanidade. E é preciso afirmar isso neste texto, porque é importante compreender que somos parte de uma história de preconceito, desrespeito e intolerância em relação a esses corpos em constante situação de vulnerabilidade e que colocam em dúvida toda a ordem e hierarquia de saberes, valores e relações sociais do mundo binário. Como afirmou Berenice Bento (2011, p.552), a travestilidade/transsexualidade é tratada pela sociedade heterocisnormativa como “a materialização do impossível, o inominável, aquilo que transcende a capacidade de compreensão”.

No entanto, as existências trans/travestis têm nos convocado à empatia, à reflexão e à responsabilização, enfrentando o perigo que podemos representar a elas, mas também apontando a possibilidade de nos colocarmos em posição de diálogo para nos desconstruir e nos associar – mesmo que em tensão – como parte do Sistema-mundo que nos oprime em diferentes dimensões, como convida Letícia Carolina Nascimento (2021, p. 160): “A nossa presença [...] tem assumido constantemente o tom de denúncia, em especial em relação aos privilégios e acessos provindos da cisgeneridade. O ponto é compreender criticamente nossas diferenças para que possamos construir alianças”.

Nesse sentido, aprendi a considerar que mais do que meu lugar de fala era preciso posicionar-me em lugar de escuta, de maneira que eu pudesse aprender e contribuir com a amplificação de vozes que exigem o debate e que

² Utilizo os termos mulheridades e feminilidades a partir das definições de Letícia Carolina Nascimento (2021) que as entende como diferentes modos históricos, subjetivos e culturais de se lidar com o imaginário de mulher e de feminino, rompendo com a ideia de essencialismo, recriando-a, negando-a ou subvertendo-a.

não se colocam na posição de vítimas silenciosas. Nos últimos oito anos, em constante processo dialógico com a comunidade LGBTQIA+, tenho direcionado minha pesquisa e minha prática docente para os debates de gênero e sexualidade, (trans)feminismo e para a produção e publicização de memórias individuais e coletivas de mulheridades trans e feminilidades travestis no sul de Minas Gerais. A prática de história oral se volta para a história pública na direção do que tenho chamado de “escuta sensível”, aquela que permite que a voz da(o) outra(o) nos rasgue por dentro, muitas vezes como a navalha da palavra. A história oral, como mais do que uma metodologia para produzir fontes, é um posicionamento político, “Uma prática que nos coloca diante do desconhecido – por mais semelhantes que pareçamos ser -, da voz que se quer ouvida, da memória subterrânea que emerge com força para romper com silenciamentos e apagamentos promovidos pela história única” (Marta ROVAI³, 2022, p. 33), além da responsabilidade com a devolução da palavra levando em conta aquelas que confiam em nós como pesquisadoras e como mulheridades em aliança.

Entre as diversas vozes que tenho escutado, e com quem tenho produzido conhecimento histórico, destaco a força da narrativa de Wall Alves, uma mulher trans, agente de saúde de Alfenas, e Nina Helena Batista, uma travesti negra⁴, advogada na cidade de São Lourenço, Minas Gerais. Ambas têm contribuído, além das entrevistas para as pesquisas que desenvolvo⁵, com rodas de conversa, aulas e entrevistas públicas na Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG) e em lives abertas para o público, tornando-se

³ Por um posicionamento a favor da visibilidade das autoras, optei por trazer o primeiro nome junto ao sobrenome, quando citá-las pela primeira vez no texto.

⁴ Utilizo a autodefinição das entrevistadas.

⁵ Desde 2016 tenho desenvolvido pesquisas, por meio da história oral de vida, no sul de Minas Gerais. A partir delas, produzi dois livros lançados, com debate público em Alfenas junto à comunidade LGBTQIA+: *Que possamos ser o que somos* (2019) e *Sob nossa pele e com nossas vozes* (2022). As colaboradoras trans/travestis têm contribuído, também, em encontros organizados pelo grupo de extensão AMHOR: Acervo de Memória e História do Orgulho LGBTQIA+, coordenado por mim, na Universidade Federal de Alfenas. Estas obras e os diálogos nos encontros inspiram este artigo.

referências para minhas reflexões e para meu posicionamento político como pesquisadora.

Não há como pensar certa narrativa sobre a história brasileira (principalmente na forma de comemoração dos 200 anos desde a chegada dos conquistadores brancos e cristãos), contada a partir da cisheteronormatividade, e não considerar as exclusões e apagamentos que ela produziu durante tanto tempo em relação aos corpos e experiências desestabilizadores do Sistema-mundo. Como afirmou Lélia Gonzalez (1984, p. 226), recorrentemente a História (a “consciência”) oculta, apaga e encobre aquilo que a memória inclui: “a memória, a gente considera como o não-saber que conhece, esse lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita [...]”. Nessa direção, as memórias de Wall e Nina denunciam “as mancadas do discurso da consciência” (GONZALEZ, 1984, p. 226) revelando como é (sobre)viver sob os poderes do mundo binário e seus discursos de estigmatização, exclusão e morte.

Este texto, baseado nas narrativas diversas da transtravestilidade, deve ser lido como uma provocação à reflexão sobre como temos contribuído, como sociedade hegemônica, para negligenciar as existências silenciadas – mas jamais silenciosas – ao longo da História e, em especial, no tempo presente. As falas de Nina e Wall, embora únicas, carregam a força de vozes plurais que querem nos alcançar pela denúncia das violências, mas também pela produção de presença trans/travestis nas lutas cotidianas para as quais pedem alianças. Por isso, deixo as palavras de Wall para fazer o convite à leitura:

Quero deixar bem claro uma coisa: eu não estou aqui enquanto mulher cisgênera! Não me identifico como mulher cisgênera. Eu me identifico como uma pessoa transgênera. Eu posso me identificar como uma travesti, porque luto também que essa palavra seja desmarginalizada. Se a minha pessoa está sendo ligada a algo bom, e se a palavra travesti, pra mim, vai ser ligado a algo bom pra essas meninas, então pode me identificar assim, porque pra mim não faz diferença nenhuma. Eu sou o que sou!

Me vejo como uma pessoa trans! É assim que me identifico, e eu converso inclusive muito com as meninas pra elas fortalecerem essa palavra, porque a gente existe! E não importa se somos trans ou cis, porque a gente é criada dentro de uma sociedade patriarcal e machista. Então, mulheres cis também herdaram isso. Encontrar meu caminho é o que tenho feito desde sempre, apesar do processo de anulação contra o ser humano em mim, por já nascer “cancelada”. A minha fala arrasta um grupo todo comigo, porque são muitas pessoas como eu, entendeu?

O heteroterrorismo e o silenciamento de existências trans/travestis

As ações do governo Bolsonaro (2018-22) ampliaram práticas e foram alimentadas por discursos transfóbicos (inclusive de setores do movimento feminista hegemônico), relativos à condenação moral das existências trans e à exclusão da população LGBTQIA+, em especial de travestis, da política de direitos humanos e de saúde. A violência contra essa população tem se intensificado, efeito de práticas históricas, mas também de uma reação conservadora e fundamentalista à ocupação social e política desses corpos resistentes em espaços cuja exclusividade cis foi questionada e desconfortavelmente (para esses setores) alterada nos últimos anos.

Embora a pandemia do Covid-19, entre os anos 2020 e 2021, tenha contribuído para aumentar os dados relativos à violência e à morte da população, grupos como a Associação Nacional de Transexuais e Travestis (Antra), a ONG Transgender Europe, o Astra Rio, o Grupo Gay da Bahia e a Rede Trans Brasil tornaram visíveis e públicos os danos às vidas consideradas desviantes da normalidade imposta; danos acirrados pelo aumento da intolerância e do transfeminicídio no país: em 2020, 175 mulheres trans/travestis foram assassinadas no Brasil; no ano de 2021 foram 135 travestis e mulheres transexuais. Em 2022, 130 travestis e mulheres transexuais acabaram mortas (Bruna BENEVIDES, 2022; 2023) numa demonstração do agravamento e da permanência dos efeitos provocados por discursos de ódio, alimentado pela inação do Estado e pelo racismo estrutural interseccionalizado à misoginia e à transfobia:

Ao analisar os dados sobre violência, incluindo a física e pública destinada às pessoas trans, o perfil das vítimas é quase sempre muito parecido. Travestis e mulheres trans convivem diariamente com medo de serem violentadas em qualquer espaço. Exatamente por estarem mais expostas a discriminação e violência – em especial a violência de gênero, motivadas pelo discurso de ódio e incentivo a aniquilação de suas existências, pelo lugar desumano e abominável em que tem sido colocadas. (BENEVIDES, 2023, p. 39)

Os dados apresentados pelas Organizações Não Governamentais demonstram, ainda, a ausência de políticas públicas no combate ao que Berenice Bento (2011) e Letícia Carolina P. Nascimento (2021) nomearam como heteroterrorismo, uma rede de vigilância, negligência e ataques cotidianos a corpos trans/travestis, constantemente sob ameaça nos espaços públicos, nos quais são invisibilizados como sujeitos de direito e de afeto. Essa invisibilidade significa, ao mesmo tempo, certa visibilidade perversa que os transforma em seres abjetos e matáveis, coisas descartáveis, ou objetos de fetichização, destituídos de humanidade:

[...] ninguém está invisível, pois seus corpos são controlados e suas existências são julgadas, estigmatizadas; são alvo de políticas, discursos e de atos individuais destruidores. A invisibilidade é um conjunto de olhares e definições pré-estabelecidas, é um ver de forma distorcida, “olhar sem ver”; olhar para desqualificar, desumanizar aquela(e)s que diferem, discordam ou causam estranheza em relação à maneira hegemônica de definir e explicar as coisas do mundo; atacar e impedir toda a potência de vida que escapa dos encaixotamentos sociais. (ROVAI, 2022, p. 326)

Pessoas transexuais e travestis são “corpos que não pesam”, que não importam enquanto portadoras de direitos, de história, de desejos e afetos; não sendo inteligíveis e nem legitimadas pelos discursos e práticas sociais naturalizadas como essências e destino, elas incomodam, provocam e tornam desconfortáveis os privilégios cisnormativos (Judith BUTLER, 2001). Sua invisibilização social é um processo, efeito de dispositivos de poder que procuram apagar suas existências, ignorá-las e maldizê-las. Depiladas, barbadas, maqueadas, hormonizadas, travestidas ou siliconadas, elas são estereotipadas, julgadas, culpabilizadas e punidas pelos mecanismos seletivos da necropolítica, geralmente presentes na educação, na família, nos

meios de comunicação e nos discursos religiosos, pelos quais aprendemos a normalizar e naturalizar a ofensa e a morte.

Entretanto, na direção contrária, mesmo com a ausência de políticas mais amplas e diante de discursos intolerantes reforçados nos últimos anos, as travestis e mulheres trans⁶, como Nina e Wall, posicionam-se como arquivos vivos de histórias e memórias pelas quais expressam sentimentos e posições referentes às experiências de exclusão (BENTO, 2011), iniciando-se muitas vezes pela família e pelo ambiente escolar, e estendendo-se à saúde, aos espaços de lazer, ao trabalho e às relações amorosas que contribuem para o Cistema-mundo com o heteroterrorismo:

Essa questão dessas vivências sistemáticas que a gente vai tendo, de reprovação de quem você é, ela é muito profunda, porque acaba incutindo em você essa questão: “se você é x, você não pode ser uma pessoa trabalhadora, você não pode ser uma pessoa honesta”. Tudo aquilo de positivo, que o humano pode ter ou não, pode construir ou não, pode desenvolver ou não, é arrancado de você: “Você é travesti, então você não pode ser uma pessoa qualificada, uma boa pessoa, uma pessoa culta”. (Nina Helena)

Sobre esse heteroterrorismo imposto à trans/travestilidade, Bento (2014) o relaciona à crença coletiva de que a identidade de gênero esteja associada aos cromossomos e aos hormônios, numa “lei de gênero”. Sob a perspectiva biologizante e essencialista, seria inadmissível e ininteligível no imaginário social que corpos dotados de pênis pudessem comportar uma existência e uma estética feminina. A reação contra o feminino travesti ou transexual expressa uma rejeição à desconstrução do corpo masculino viril ameaçado e desqualificado por uma “falsa e arbitrária feminilidade” que deve ser julgada, omitida, julgada e punida. Sobre isso, Wall fala das inúmeras vezes em que sofreu agressões, sejam elas simbólicas ou físicas, por parte de quem duvida e não aceita a transgressão que seu corpo representa:

⁶ Neste texto fiz a escolha de não tratar das experiências de transmasculinidades ou masculinidades trans apenas por serem as travestis e mulheres trans minhas interlocutoras constantes.

Porque me reconheço enquanto mulher transexual, não enquanto mulher. E tenho um tremendo respeito por isso, mas levei um tempão pra entender. É muito complicado isso, porque seu pai e sua mãe te veem apegado à genitália. Se você tem pênis, então é homem. E como você vai provar que é mulher, entendeu? [...] Para a sociedade, de repente, aquele cabelo grande não é seu... Eu pego gente pegando minha cabeça no meio de festa, enfiando a mão debaixo do meu cabelo pra ver se é meu! A unha, perguntam se é de gel e onde eu fiz. Por exemplo, no salão que eu frequento, as mulheres vão lá pra perguntar se foi ela que colocou meu cabelo... Então, é como se tudo o que tivesse de feminino em você fosse falso. Não pode ser seu. É impossível. Você é homem! Você não pode ter. Isso não te pertence.

[...] Até o machismo, a agressão sofrida. A gente percebe que é uma agressão contra o feminino que tem em você. Aquilo ofende. Ofende as outras pessoas, entendeu? E você não sabe por que alguém, de repente, está querendo te agredir. Não sabe por que alguém, de repente, tá querendo te matar. Eu já recebi ameaças... Do nada! Ou já jogaram as coisas em mim. Eu não entendi por que fizeram aquilo. Mas percebo que é por causa do feminino. Essa violência, esse feminicídio contra a mulher, vem contra mim também, contra o feminino que existe em mim. (Wall Alves)

As narrativas de Wall e de Nina demonstram como o corpo é um texto socialmente construído por códigos que se tornam válidos, inteligíveis e aceitáveis em detrimento de outros, desqualificados, deslegitimados, ridicularizados e desumanizados. O sexo biológico, desde quando somos anunciados como pessoas, nos é apontado como único referencial para construirmos nossa identidade dentro da lógica binária. Fora disso, demonstram Nina e Wall, gestualidades, vestimentas, comportamentos e desejos serão avaliados ou não por uma engenharia social refinada e minuciosa:

O problema é que passamos a interiorizar essas verdades como se fossem uma pele, algo que está conosco desde sempre. A eficácia do discurso produtor da heterossexualidade é mostrar a si mesmo como natural, é nos fazer esquecer dos inúmeros, cotidianos, reiterados ensinamentos a que fomos submetidos: a sexualidade normal e natural é a heterossexualidade. (BENTO, 2011, p. 552)

Nina e Wall expressam, em suas narrativas, como a heterossexualidade normatizada e naturalizada fere a vida de mulheridades trans e feminilidades travestis, assujeitamento seus corpos como “impossibilidades lógicas” e como parte de zonas “inabitáveis” da vida social que demarcam e legitimam

fronteiras. Na imposição da heteronormatividade “o sujeito é constituído através da força de exclusão e abjeção, esta que produz o que é exterior ao sujeito, um exterior abjeto que está, não obstante, ‘dentro’ do sujeito como seu próprio repúdio fundacional” (BUTLER, 2001, p. 14). Corpos como os de Wall e Nina são considerados como anti-modelos da normalidade e da moralidade, e expor suas “incongruências”, seus desvios, é uma estratégia para humilhá-los, culpabilizá-los e para justificar as diferentes formas de violação de seus direitos.

Wall e Nina usam como exemplo dessa exposição o simples ato de andar até a padaria pela manhã – o que custou a Nina várias agressões como criança “gay” e preta – e que é quando realizam sua “parada LGBTQIA+” solitária, enfrentando o Cistema-mundo no cotidiano, nas palavras da agente de saúde. Wall também demonstra como o heteroterrorismo age em seu dia a dia, como trabalhadora:

Como agente pública de saúde, tenho 220 famílias cadastradas no meu nome. São 760 pessoas, mais ou menos, e eu tenho que visitar essas pessoas. Quando bato na porta da casa dessas pessoas, a minha transgeneridade é vista antes de eu ser agente de saúde. Então, sempre tive que fazer o dobro de visitas, porque se eu não conseguisse: “Ah, mas é travesti”, entendeu?... “Ai, aquele viado não sabe fazer nada!”. (Wall Alves)

As narradoras denunciam uma cultura de vigilância e uma pedagogia de julgamento e de insulto que pode se tornar visível pela linguagem verbal e pelo ato covarde de discriminação ou de agressão física, mas que se manifesta, ainda, pelos olhares de desconfiança e reprovação, que pretendem condená-las à solidão (a morte simbólica), à violência severa e, no seu extremo, à morte física: o transfeminicídio.

O transfeminicídio: uma prática no país que mais assiste pornografia trans

Durante suas entrevistas (particulares e públicas)⁷, Wall aponta a incoerência da cultura brasileira: “Somos o país que mais consome pornografia com pessoas trans e, ao mesmo tempo, o que mais mata travestis no mundo. Como pode isso??”⁸. A narradora fala das inúmeras vezes em que homens cisgêneros entram em contato com ela para realizar “programas”, ignorando que ela não é uma trabalhadora do sexo, mas uma agente de saúde. Da mesma maneira em que seu corpo é fetichizado e erotizado, para a realização de prazeres e fantasias cisgêneras, ele é também objeto de violências, coisificado e desumanizado. Nos diferentes encontros que temos produzido na Universidade Federal de Alfenas, Wall sempre aborda o sentimento e a expectativa de ser interrompida por atos extremos de negação ao seu direito de existir:

Ser a Wall também é ouvir criança perguntando pra mãe na rua “se é homem ou se é mulher”, e é ouvir, 100% das vezes: “Não olha! O que que eu já falei pra você? Que pergunta é essa?! Não olha!! Chegando em casa a gente conversa!”... Então, é assim, você é... Já te tornam invisível ali... Ali as crianças já crescem sabendo que não devem te olhar, porque você oferece perigo, leva questionamentos que o pai e a mãe não estão a fim de explicar, e elas se tornam adultos que não nos enxergam. (...) Isso tudo faz com que eu perceba que essas pessoas, quando crescem, esses adultos, continuem não nos enxergando. E, de repente, vou topa com esse profissional na minha frente, que foi uma criança, que ouviu que eu não devia ser olhada!... Que eu não devia... É uma anulação, porque às vezes... de criança, você já percebe, você já sabe que é uma pessoa diferente, aí tem uma fala que não existem crianças transgêneras! Claro que existe! Mas você cresce sem informação nenhuma, e as informações que você recebe são as piores, porque quem fornece essas informações prefere falar pra grande maioria cisheteronormativa. (Wall Alves)

Os efeitos da “verdade” cisheteronormativa são experimentados na carne e na alma por Wall, que compartilha a experiência de ter seu corpo apontado como aberração, transgressão e pecado; o anti-modelo exposto e definido para a infância como desprovido de humanidade, a tal ponto que seu sofrimento é

⁷ É necessário apontar que as entrevistadas, Nina e Wall, fazem parte do projeto de pesquisa *Pelo direito de existir*, aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). Suas entrevistas foram conferidas e validadas por elas. Elas continuam a contribuir com outras atividades de pesquisa e extensão na Universidade, como convidadas.

⁸ Sobre isso, acessar: <https://revistahibrida.com.br/2020/05/11/o-paradoxo-do-brasil-no-consumo-de-pornografia-e-assassinatos-trans/>. Acesso em: 15 ago. 2023.

justificável e “necessário” para que a ordem seja mantida. Um sofrimento que não produz indignação, pois as estéticas e comportamentos não binários representam perversidades mais graves que o castigo que os atinge e os condena à morte social e/ou física.

As mortes sociais e físicas são aceitáveis e estão validadas cotidianamente pelo desprezo ao feminino numa sociedade historicamente patriarcal e sexista e que se intensifica quando a feminilidade está encarnada num corpo biologicamente detentor de um pênis, símbolo máximo da virilidade masculina (BENTO, 2014). O transfeminicídio é efeito continuum da violência de gênero contra o feminino no corpo cisgênero (a eliminação das mulheres por sua condição de mulheres, como aponta Rita Segato, 2016) e ainda mais extremado pelo ódio ao feminino no corpo trans/travesti que, mesmo servindo aos próprios desejos cisgêneros, não se constitui como sujeito de seu próprio desejo, identidade e humanidade.

A discussão jurídica em relação à legitimidade da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) e da Lei sobre o feminicídio (Lei 13.104/15) serem aplicadas aos casos de violência doméstica ou ao assassinato de mulheres transgênero/travestis é exemplar sobre o necessário reconhecimento da dupla vulnerabilidade das pessoas transgêneras femininas, que estão sujeitas à discriminação relativa à mulher e ao preconceito enfrentado pela identidade de gênero assumida independente de sexo⁹. No entanto, a indiferença estimulada por uma cultura transfóbica ainda encontra ressonância na decisão de agentes do Direito que entendem que a mulher transgênera e a travesti, mesmo aquela que tenha realizado a cirurgia, permanece como homem, compreensão marcada por questões biológicas e religiosas, e contra a

⁹ Disponível em: <https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/2023/29012023-Sexta-Turma-estendeu-protecao-da-Lei-Maria-da-Penha-para-mulheres-trans.aspx#:~:text=Sexta%20Turma%20estendeu%20prote%C3%A7%C3%A3o%20da%20Lei%20Maria%20da%20Penha%20para%20mulheres%20trans&text=No%20primeiro%20semestre%20de%202022,ou%20familiar%20contra%20mulheres%20transg%C3%AAnero>. Acesso em: 16 set. 2023.

qual ainda se requer uma luta e um debate que extrapola e que também atravessa a própria legislação.

Ao nos recusarmos, como sociedade, a promover escutas e discussões públicas sobre os processos históricos e a cultura cisheronormativa, branca e cristã, que explicam a genealogia dessas dinâmicas de discriminação, exclusão e morte, estamos legitimando o desrespeito à alteridade e permitindo a política sistemática do heteroterrorismo, presente na violência dentro de espaços privados, como se não dissessem respeito ao coletivo, na expulsão compulsória da escola; na discriminação quanto aos serviços de saúde; ações que são alimentadas, ainda, pelo racismo e pela desigualdade de classe que esvaziam propostas políticas em defesa dos direitos humanos LGBTQIA+ e promovem discursos de ódio. Nesta perspectiva, Wall afirma que o ódio contra a população trans/travesti tem sido uma bandeira política de grupos reacionários com a finalidade de atrair votos:

Quando eu estive em Brasília, há alguns anos, havia um deputado hoje conhecido como um político famoso... A televisão já estava criando, chocando o ovo da serpente... E a gente esteve lá. Ele estava lá! E a gente pegou e visitou a sala dele, questionou porque ele tinha as falas que tinha. Não era de conhecimento da maioria quem ele era ainda. E ele falou uma das coisas mais absurdas, e uma das coisas mais certas que, quando ele ganhou, eu entendi. Ele falou assim: "Não é que eu tenha algo contra vocês, mas quem me elege é quem mata vocês. Vocês não me dão voto. Vocês não vão votar em mim"... E foi uma das coisas que mais impactou, quando ele ganhou, foi saber que tinha razão, de certa forma: se ganhava era porque matava pessoas como nós! No Brasil, quem mata a gente ganha as eleições! (Wall Alves)

Esta narrativa de Wall expõe a perversidade do heteroterrorismo que se justifica por certa racionalidade necropolítica e que não teme sequer afirmar-se como tal, uma vez que o ódio não é um sentimento, mas uma proposta, uma militância, uma causa. Não há a vergonha nem a culpabilização de quem o defende e pratica mas, pelo contrário, de quem é seu alvo. É o caso de Nina Helena quando se refere à sua trajetória desde menina, aprendeu a se culpar por se pensar diferente, tanto por não compreender seu gênero e confundi-lo com uma possível sexualidade “desviada” e por não se aceitar como uma jovem

negra, o que nomeou de “autorracismo”, uma desqualificação introjetada e produzida por dispositivos que tornam a branquitude um modelo que opera junto da cisheteronormatividade e que constrói uma lógica que procura se sustentar na obediência e na submissão das/os “dissidentes”:

E tinha uma coisa ali de entender que nosso cabelo não era bonito... Tinha uma coisa, assim, de entender que tinha algo em nós ali que não era bem-vindo, talvez, de não ver beleza em quem você era e não se apoderar daquilo, sabe?” [...]. A questão é tudo de apagamento. Pra que eu vou olhar pra mim e querer pertencer a essa raça que é invisibilizada, é diminuída, é preterida?” (Nina Helena).

O questionamento de Nina nos remete às reflexões de Grada Kilomba (2019, p. 124) quando a autora afirma que o cabelo negro é representado pela sociedade branca como associado à “sexualidade suja”, à sujeita e à selvageria. Compreendo que também relacionado à transgeneridade, uma “maldição corpórea” da qual os setores considerados legítimos devem se afastar e evitar e os grupos que a personificam devem ser livrar, muitas vezes renegando ou machucando seu próprio corpo.

A negritude e a travestilidade (além da pobreza, é claro) passam a ser consideradas como sinônimos de feiúra e sujeira, construindo-se uma estética imoral que culpabiliza essas existências dissidentes e permite seu desaparecimento do mundo. Para sobreviver à morte, lembram Sara York, Megg Oliveira e Bruna Benevides (2020), muitas vezes é preciso se adaptar, esconder sua identidade, a fim de conseguir os direitos que lhe seriam negados numa sociedade que não as reconhece como humanas. Ao mesmo tempo, a angústia de negar a si mesma produziu outras formas de sofrimento:

Eu já estava me questionando ali numa dimensão de identidade de gênero. Eu lembro que amigas falavam assim: “Conversa com pessoas trans”. Eu não queria. Inconscientemente. Convivia com pessoas trans, fazia projetos, mas eu não... Não fiz! Porque tinha uma coisa: “Quero, mas também não quero... Eu vou dar conta de processar isso?”... Adiei o sofrimento, mas sofri!... E só depois eu tive a possibilidade de me enfrentar nessa dimensão. (Nina Helena)

Durante os estudos na Universidade de Lavras, Nina passou toda a sua Graduação em Direito “no armário”, como ela mesma afirmou, evitando as

expressões de gênero que pudessem identificá-la como uma pessoa travesti. Desse modo, tentou se proteger e conseguiu alcançar o seu sonho de se formar, encontrando na defesa de outras travestis uma forma de reparar a sua própria dor e o trauma histórico que atinge a todas; um modo de combater o ódio e lutar contra os dispositivos morais e culturais que produzem o transfeminicídio.

As muitas formas de “fazer morrer”

Em busca do reconhecimento jurídico, cultural e humano, Wall e Nina entendem que o nome social de travestis e mulheres trans seja um dos pontos principais em busca da visibilidade social, da humanização e da cidadania. Ambas têm orientado suas vidas por uma luta individual e coletiva, na produção da vida contra a morte: a primeira, na área da saúde, com projetos voltados à população transgênera; a segunda, em ações do Direito para legitimar o registro dos nomes sociais e retificados:

Eu quero que as meninas trans tenham direito ao nome social e retificado! Essas meninas passam uma vida inteira vivendo como mulheres trans, como travestis, e quando morrem são apagadas. Eu tenho amigas quando morreram, tiveram o cabelo raspado, vestiram roupas masculinas – terno e gravata – nelas e colocaram nome masculino nelas. Se eu procurar pelas minhas amigas que foram enterradas, eu não as encontro, porque não tem o nome delas lá. Por isso que eu corri atrás do meu nome. Não tem como a minha família falar “não é, tem que se quer com outro nome”. (Wall Alves)

Em nossas entrevistas, nas conversas cotidianas e nos encontros com estudantes, Wall e Nina constantemente enfatizam a importância do respeito ao nome social de mulheres trans/travestis contra formas de apagamento. Nina afirma que é preciso ter empatia pela trajetória do nome, pois há nele uma história:

Sempre gosto de colocar essa ideia da empatia. Então, por exemplo, o fato da sua família ter te nomeado, né? No caso da pessoa cisgênera, ela mesma faz brincadeiras com o próprio nome; porque ele tem uma história, tem um sentido nessa atribuição, assim como tem para pessoas transgêneras. (...) Quando uma pessoa trans fala: “Olha, respeite meu nome social”, tem toda uma construção ali. Pode ser que nesse caso uma amiga apresentou aquele nome para a pessoa e ela mesma se constrói; ela se espelha numa personagem, ou em uma pessoa que tem

um impacto na vida dela. Se seu nome tem valor para você, tem um valor muito grande para sua história, ele tem um valor muito grande para a história dessa pessoa trans também! (Nina Helena)

O nome retificado de Wall (Walquíria), conquistado em 2022, foi muito comemorado nas redes sociais, por meio de um texto em que ela anunciava sua conquista diante de um desgoverno que defendeu o seu extermínio e a de “suas irmãs”: aquele que, segundo ela, anunciou que sua morte lhes renderia votos. Em uma entrevista pública na Universidade, em maio de 2023, ela expressou o quanto seu registro civil significava mais do que uma escolha subjetiva, mas um direito e um valor, como apontou Nina. Uma vitória política:

No governo Bolsonaro a gente teve tantos retrocessos!... Se para a letra G, pra a letra L, a situação piorou, imagina para as letras Ts!! A gente foi caçada! A gente tinha medo de sair na rua! Medo, porque a violência contra nós era justificável, entendeu? Mas também tinha a resistência! [...] Então vou deixar isso bem claro pra vocês. Eu consegui isso tudo no governo do inelegível! Então, pra mim, foi uma vitória quando ele, por exemplo, falou que "João não devia chamar Maria", ou quando aquela mulher disse que “homem vestia azul e mulher rosa”. Sei lá o que ele soltou de nojento pela boca dele! Foi quando eu decidi fazer a ratificação do meu nome. Foi um ato político! (Wall Alves)

O respeito ao nome social ou retificado é o reconhecimento da vida que o carrega, aspecto que quando desprezado tem consequências danosas do ponto de vista social – subnotificando casos de violência e assassinato que embasam políticas públicas – e subjetivos, fazendo desaparecer a existência para sempre: “Num dia uma mulher trans morre e no outro a sua família a enterra com um nome masculino. Ali somos esquecidas para sempre”, nos disse Wall em diferentes momentos. Esta afirmação demonstra como o uso do nome e do pronome masculino para se referir às vidas trans/travestis se configura como uma violência simbólica tão grave quanto à morte física, uma vez que se recusa a reconhecer a existência feminina e produz o apagamento de uma identidade subjetiva, íntima, social e política (YORK; OLIVEIRA; BENEVIDES, 2020). A linguagem atua como imposição, ofensa e negação da vida pela matriz sexista, falocêntrica e transfóbica que orienta noções

jurídicas, morais e institucionais e colabora para subnotificar informações, legitimar violações e apagar a própria morte, negando a vida que a antecedeu:

Nos casos de assassinatos, muitas vezes esses dados se perdem nos próprios registros de ocorrência. Da mesma forma, nos laudos dos IMLs, ignora-se a identidade de gênero da pessoa, se destoante do padrão sexual binário. Com isso, torna-se evidente que são os estados, as polícias e órgãos de segurança os responsáveis pela falta de dados e manutenção da subnotificação dos dados de assassinatos de pessoas trans no Brasil. (BENEVIDES, 2021, p. 28-29)

A começar pelo nome, o gênero feminino é negado nos diferentes atos de crueldade contra corpos trans/travestis, quando seus rostos são deformados, destruídos, suas genitálias são arrancadas e atacadas, numa tentativa de exterminar a feminilidade das vítimas e reforçar a masculinidade hegemônica e a virilidade de agentes. As mortes acontecem, em sua maioria, em vias públicas, em ruas desertas e durante à noite (BENEVIDES, 2023), quando muitas travestis se recusam a realizar o que eles querem, ou quando seus “clientes” se recusam a pagá-las (no caso das trabalhadoras do sexo); ou simplesmente pela diversão transfóbica, perversa e covarde em atacar corpos considerados abjetos. O transfeminicídio também ocorre nos espaços privados em que o agressor – geralmente um homem cisgênero – direciona seu ódio a corpos abjetificados, desfigurando-os e despersonalizando-os. Sobre esta desfiguração, Bento (2017, p. 2) afirma que a espetacularização da violência tem o sentido exemplar de fazer lembrar e manter coesa a “lei de gênero” que mantém a hierarquia e associa as identidades a partir das características biológicas: “Da mesma forma que a sociedade precisa de modelos exemplares, de heróis, os não exemplares, os párias, os seres abjetos também são estruturantes para o modelo de sujeitos que não devem habitar a nação”.

Sobre habitar espaços como sujeita de direitos, Wall fala sobre a vulnerabilidade constante sob a ameaça de sua presença ser notada e atacada como alguém que não é bem-vinda. Ela narra como seus pequenos gestos foram interpretados, muitas vezes, como sinais de ameaça para a sociedade

cisheteronormativa, uma vez que um corpo trans/travesti é sempre visto como violento e anormal:

Uma vez eu estava num bar e um homem esbarrou em mim. Eu percebi que ele só esperava uma reação minha. Ele estava incomodado comigo ali, apenas por eu estar ali! Por meu corpo não corresponder ao que ele esperava de mim!... (...) Coloquei a mão na bolsa pra pegar um batom. Ele olhou e se afastou. Como somos taxadas de marginal, ele pensou que eu estava armada. Só tinha maquiagem. Foi horrível! Não consegui me divertir. Fiquei tensa e liguei o modo sobrevivência. É horrível a descarga de adrenalina! Isso tudo acaba com você! Você só quer ir embora pra sua casa, por cadeado na janela e se sentir segura... Mas não saí e exerci meu direito de ir e vir, de permanecer, como qualquer pessoa. Imagina, coloquei meu salto, me maquiei, não vou recuar! A roupa de mulher neste momento, pra mim, é como vestir uma armadura pronta pra existir! (Wall Alves)

Como alvo de julgamentos constantes, vive-se a contradição entre querer ocupar espaços como um direito e neles existir como se é, e, ao mesmo tempo, passar despercebida, invisibilizada, para não correr o risco da morte:

Quando chego num local, antes de pedir alguma coisa pra mim, eu vou e pergunto pra essa pessoa quem é o gerente ou o dono do local, e pergunto pra ele se vou poder usar o banheiro feminino... Tenho que saber em quais ruas eu passo; tenho que saber qual mesa tenho que evitar de passar perto pra não sofrer nenhum tipo de violência e nem nada, ou ser apontada. Uma questão é que sou muito alta, e nem que eu quisesse conseguiria passar batido. Então, não tem como não ser notada, entendeu? Não conseguiria passar batido e aí acabo sendo alvo de muita coisa, de muito julgamento. Vivo a angústia de tentar fazer algo, chegar num local e ser eu mesma, e procurar não acontecer nada pra que de repente a gente não sofra violência. (Wall Alves)

Corpos trans/travestis inexistem publicamente como direito, o que concorre para a permissão de que a violência contra elas permaneça acontecendo e para que seja decretada, também, a sua morte simbólica, como apontou Bento (2016). Assim, embora o corpo trans/travesti seja outra possibilidade de existir, sentir e amar, ele é tratado como um desvio, pária social; uma dissidência perigosa, a quem a sociedade cisheteronormativa atribui a violência que, na verdade, pratica contra ele.

Wall e Nina se referem à imposição de padrões sobre o corpo trans/travesti, de forma que possa se assemelhar cada vez mais à mulheridade cis, e se

posicionam contra o controle do Estado ou da sociedade sobre sua própria identidade:

No momento não uso maquiagem, não tenho vontade, não comprei. Quando for meu processo, eu vou fazer isso! E tem batom! E aí eu vou no bar, trabalho meu cabelo; faço o jogo de cabelo e roupas; até aquelas roupas que você tinha no guarda-roupa, que era aquela camiseta social que colocava, corta ela e aí usa o velho novo. Assim, eu me preocupo muito em resistir nessa dimensão do outro e tentar criar dentro do que me é possível, entendendo que recorrer a esses recursos tem que ser muito por mim, por minha felicidade, pelo que eu quero construir de feminino em mim. [...] Muitas das mudanças, e aí eu já falo da cirurgia que se faz... Não estou falando de todas as pessoas, mas, se analisar, muitas coisas acabam fazendo para o outro te amar. Isso tem uma dimensão da violência que eu tento resistir. (Nina Helena)

Nina se recusa a fazer a cirurgia de redesignação e a colocar o silicone, entendendo que sua feminilidade não deve ser imposta a ela pela sociedade. No extremo do controle sobre os corpos, Wall se posiciona, também, em relação à pressão sobre meninas transexuais/travestis, que procuram ser aceitas, amadas ou que veem a oportunidade de ganhar mais dinheiro a partir da transformação e do envenenamento de seus corpos pelo silicone industrial, uma forma mais barata, porém mais agressiva e mortal de se conseguir a estética sonhada. Sua narrativa apresenta esta e outras formas de “fazer morrer”:

Em nome disso, eu perdi uma amiga de 17 anos por ter colocado silicone industrial no corpo dela... Essa menina, quando é retirada da casa dela, só pode ir ela; e vai vendada! Porque se der errado alguma coisa, ela vai ser jogada num canto e ali vai chegar o policial: “Ah, é travesti!”. E aí ela é enterrada como indigente... “Menos uma!”... Mas essa menina foi obrigada a colocar silicone industrial por exigência dos clientes. Até então ela era chamada de veado por não ter seios... E ela morreu... O silicone caiu na corrente sanguínea dela e ela morreu... Mas, graças a Deus, conseguiram trazer o corpo para enterrar aqui na cidade... Os tios, no entanto, quiseram tirar o corpo dela de lá, porque “aquilo”, “aquele bicho”, não podia ter sido enterrado junto com a avó... A mãe ficou das nove horas da manhã às cinco da tarde com ela dentro do cemitério, do lado do caixão, sem saber o que fazer!... [...] Então, é impressionante como esses corpos, mesmo depois de mortos, continuam a ser mutilados, vilipendiados... Eu não sei... Se tem algum termo capaz de expressar isso, eu não sei usar!... Ele ainda não foi criado para expressar tamanha barbárie!!

O corpo trans/travesti é o oposto do “correto”, do “moralmente aceito”, do legítimo, do considerado humano, de modo que as mais bárbaras violências são validadas e legitimadas contra ele. É um corpo cuja materialidade é desimportante, expressando códigos que comportam a ousadia de um feminino que rompe com os signos binários estáticos e recusa o imaginário de virilidade masculina. York, Oliveira e Benevides (2020, p. 3) afirmam que diante dessas violências (simbólica, estrutural, patrimonial, física, econômica e moral), há um imaginário e um conjunto de discursos cisheteronormativos que buscam desestabilizar a voz travesti associando-a ao “exagero” vitimista, coitadista e denunciata:

Os processos de violência e vulnerabilização experienciados pela população travesti são tão apavorantes, que apenas os dados gerais como mortes e torturas ganham um pouco de atenção por parte da mídia e do grande público – em um grande circo de horrores que denuncia a estrutura sistêmica de exclusão e exotificação de seus corpos mutilados, muitas vezes desnudos para lembrar que aquele corpo não deveria existir ou ser aceito como humano.

Wall e Nina procuram romper com esse muro cisheteronormativo que impede que a voz trans/travesti seja ouvida e que a desqualifica como vitimismo. Reagem contra esses dispositivos de morte em vida, morte física e morte pós-morte, transformando suas vozes em denúncias potentes, coletivas, costuradas por uma memória em comum afetada pela exclusão do direito:

Eu ando cansada, mas aí eu penso comigo: “Tenho que ir aos lugares pelas meninas que não tiveram tempo de falar. Tenho que circular e falar pelos que já se foram. Tenho que adentrar aquele local por aquelas e aqueles que já sonharam estar pelo menos lá dentro, e não conseguiram estar... Porque a gente já é anulada na escola, porque ninguém é capaz de colocar o nome social da menina ou do menino ali, sofremos *bullying* e tudo mais! E não é questão “Ah, elas e eles gostam muito de se tornarem vítima da situação”, mas a questão é que a gente é!! Quando uma dessas meninas vai atrás de um trabalho, por exemplo, ela não tem qualificação, não tem! O ambiente da escola não foi criado pra ela, porque não consegue chegar ou ficar!! Quando uma consegue chegar na universidade vira matéria no Jornal da Globo, às 8 da noite, mostrando a trans que virou professora, advogada. E vocês, eu tenho certeza, nunca passaram por um professor ou uma professora trans, um médico ou uma médica trans, uma advogada ou advogado trans. E, acreditem, conheço muitas profissionais do sexo que queriam ser médicas, que queriam ser legistas, advogadas, professoras. Mas são empurradas, e muitas não percebem, pro calçadão. Ali ela existe, ali ela pode existir, ali ela é

linda, ela é tão bonita que alguém paga pra ficar com ela. Mas só à noite! Durante o dia ela deve ficar quieta na sua casa, se esconder. Entendeu? Não é bom te ver! Se ficou comigo, você finge que não me conhece!

E não é só do trabalho que a gente sente falta. A gente sente falta também de afeto... Eu não sei qual foi a última vez que eu ganhei um abraço!... Entendeu? O país que mais consome pornografia trans, travestis, e que é o país que mais mata trans e travestis, se consome, é porque de certa forma, tinha que ter o afeto... Não tem!... Porque aquele menino lá atrás cresceu com a fala da mãe ou do pai que a gente não devia ser vista!... E não se trata apenas de ser vista, mas enxergada! É diferente! (Wall Alves)

Wall toma a palavra para proclamar as violações históricas que procuram perpetuar a situação – não a condição – de vítimas do Cistema-mundo, que lhes recusa o nome, o trabalho, o espaço, o direito, o afeto e a própria voz. York, Oliveira e Benevides (2020) afirmam que os discursos difusos que apontam a existência de certo vitimismo, coitadismo e denunciismo de mulheres trans e travestis desconhecem ou desqualificam o peso das existências trans/travestis em sua radicalidade. As palavras de Wall nos rasgam para que possamos compreender nosso privilégio como pessoas cisgêneras e para que não confundamos nossa violência com vitimismo: “Eu não quero privilégio, quero o mesmo direito que vocês”.

Corpos que comportam ações de resistência contra as violações

Sou essa pessoa que pensa o interseccional na minha vida. E eu me entendo na travestilidade, na negritude e na classe como algo muito importante, o que me traz um empoderamento [...] Eu me entendo e falo “sou travesti”. Também tenho medo, porque não gosto desses estigmas, mas ao mesmo tempo sei que tem uma potência de me apropriar desse estigma que relaciona travesti com prostituição ou com a violência: “São pessoas violentas!” [...] eu não queria, e não quero, esse tipo de mulher que até mesmo no contexto dos feminismos tem sido discutido. Essa mulher tem que ter um tamanho do seio, maquiagem, um padrão. Para me compreender como travesti, eu levanto uma defesa no sentido de que falei para mim: “Não vou engolir qualquer tipo de coisa!”. Vai ter coisa que se eu engoli um tempo atrás, a partir de agora eu não vou, seja no Direito, seja nas relações de amizade, no trabalho, nas relações amorosas, seja na família! (Nina Helena)

Início a parte final deste artigo com a narrativa de Nina Helena, de forma semelhante àquela que utilizei ao inserir a fala de Wall para começá-lo: marcando nossas diferenças. Apontá-las é necessário a fim de que, cientes de

nossas existências diversas, possamos reconhecer os danos provocados pelo privilégio como mulheres cisgêneras e brancas, mas que tenhamos como horizonte a possibilidade de alianças e aprendizados no enfrentamento de opressões e exclusões sob o mesmo cenário patriarcal, racista, sexista e violento.

Também gostaria de sinalizar que, mais do que discursos de vitimismo que pedem pela salvação ancorada na ação do feminismo hegemônico, as vozes de Nina e Wall traduzem a apropriação da palavra para dizerem quem são, para exigirem a ampliação de diálogos com a diversidade, a partir de seus termos e seus corpos dissidentes da norma perversa que alimentamos. Elas demonstram coragem diante das violências e apelam para nossa ação coletiva no combate às diferentes formas de morte decretadas às existências trans/travestis, seja por sua condenação a não lugares, seja pela negação ao seu nome, ou pelo extremo do transfeminicídio.

Tomar a palavra para denunciar as violações não significa resumir suas vidas à submissão e inação. Pelo contrário, como afirmam York, Oliveira e Benevides (2020, p.), tem o sentido de mostrar a agência travesti sobre sua própria história; mostrar que aquela sujeita “que surgia do gueto, das esquinas, das periferias, da negritude e na marginalização de corpos [...] hoje abre espaço para aquelas que pouco ou nada sabem sobre os próprios caminhos, e que foram abertos no passado”. Mais do que isso, é um chamamento ao feminismo hegemônico à escuta: “Me ouça!”, me disse Nina. “Eu retiro de você o direito de dizer quem eu sou!”.

Por sua vez, Wall encerra uma de suas falas convocando quem a escuta a mediar debates sobre a transtravestilidade, o direito à história, à memória, à identidade e à existência de pessoas dissidentes como ela, para que ninguém mais passe pelo olhar ou pela fala de rejeição como o que ela enfrentou em a toda sua vida: “Vai e amplia nossa voz! Isso tem que ser dito! Isso tem que começar a ser ouvido, isso tem que ser começado a ser visto, tem que ser

começado a ser explicado pra aquela criança lá atrás. Pronto! Enfim, é isso. Precisamos conversar com as novas gerações”!

Quero encerrar afirmando que a pesquisa com história oral pode se converter em debate público, em movimento, em troca e em posicionamento político, em torno de um (trans)feminismo que não separe, mas congregue, mesmo em tensão, ampliando os espaços de escuta. Um feminismo hegemônico que se autoavale e se transforme por meio de alianças que não deseje, arrogantemente, guiar ou salvar, mas que se perceba potencialmente transgressor contra as construções históricas cisheteronormativas que, se oprimem em dimensões diferentes, mulheres cis e mulheres trans/travestis, também cria hierarquia nociva entre elas.

Como afirmaram duas intelectuais travestis, Letícia Carolina P. Nascimento e Michele Pires Lima, minhas interlocutoras no processo de aprendizado, o encontro da cisnormatividade com a transtravestilidade deve desestabilizar as verdades normativas, borrar as fronteiras entre os corpos, permitindo a multiplicidade de sentidos e experiências e a construção de uma memória resistente, sustentada em muitos e fortes fios das mulheridades e feminilidades plurais. As narrativas aqui registradas são a oportunidade de ampliarmos as vozes e os ouvidos, submetemos ao debate público e atribuímos corresponsabilidades na inclusão daquelas presenças no mundo que a história androcêntrica e cisgênera tentou e ainda tenta fazer desaparecer. Mas nós, em aliança, não vamos permitir!

Referências

BENEVIDES, Bruna G. *Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2020*. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) – Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2021.

BENEVIDES, Bruna G. *Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021*. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) – Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2022.

BENEVIDES, Bruna G. *Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022*. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) – Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2023.

BENTO Berenice M. Brasil: o país do transfeminicídio. *Revista Fórum*, 2014. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/noticias/brasil-o-pais-transfeminicidio/>. Acesso em: 12 ago. 2023.

BENTO, Berenice M. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. *Revista Estudos Feministas*, v. 19, p. 549-559, 2011.

BENTO, Berenice. *Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos*. Salvador: EDUFBA, 2017.

BUTLER, Judith. *Corpos que Pesam: sobre os limites discursivos do sexo*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). *O Corpo Educado*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2001. p. 151-172.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, 1984, p. 223-244.

NASCIMENTO, Letícia Carolina P. *Transfeminismo*. São Paulo: Jandaíra, 2021.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. *Que possamos ser o que somos: memórias sobre o movimento gay de Alfenas no processo de luta pelos direitos de cidadania LGBT (2000-2018)*. Alfenas: Athena, 2019.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. *Sob nossa pele e com nossas vozes: feminilidades transbordantes no sul mineiro*. Teresina: Cancioneiro, 2022.

YORK, Sara Wagner; OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes; BENEVIDES, Bruna. Manifestações textuais (insubmissas) travesti. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 28, n. 03, p. 1-12, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/75614/45157>.